

GT 29- EDUCAÇÃO E ETNICIDADE AFROBRASILEIRA E AFRICANA

**DISCUTINDO SABERES AFRICANOS E AFROBRASILEIROS NO ENSINO
SUPERIOR: AS LENTES DA HISTÓRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES**

Hercília Maria de Andrade Souza (UEPB/ PROPESQ)¹

Ana Cláudia Feliciano da Silva (UEPB/ PROPESQ)²

Patrícia Cristina de Aragão Araújo (UEPB/ PROPESQ)³

RESUMO

O presente estudo aborda sobre a questão africana e afrobrasileira a partir de uma análise bibliográfica sobre o ensino da cultura africana no contexto do ensino superior. Nele tomamos como referencial as leituras de autores que trabalham a África e a cultura afro-brasileira, no sentido de perceber como estes/as compreendem os saberes construídos em torno destas duas culturas, que se constituem em marcadores de nossa identidade social, cultural e étnica. Nossa proposta é analisar a dimensão de seus olhares no que se refere à relação entre essas etnias e a educação no ensino superior em curso de formação de professores. O nosso objetivo é problematizar a partir do olhar desses autores como estes se posicionam em relação a essa temática no contexto do ensino superior; para enfatizarmos estas questões, nossas discussões partirão em torno da lei 10.639/03 que torna obrigatório esta discussão em cursos de formação de professores. Este trabalho é oriundo de um projeto de pesquisa do programa PROPESQ/UEPB de Campina Grande, PB, onde nele são discutidos as africanidades e afrobrasileiridades no ensino superior. Nesse primeiro momento este estudo está baseado numa pesquisa bibliográfica onde partiremos da leitura de trabalhos que abordam a temática sobre a África e a cultura afro-brasileira.

Palavras-chave: Cultura Afrobrasileira. África. Lei 10.639/03. Ensino Superior.

Graduanda em História.

E-mail: hercilia-andrade@hotmail.com

²Graduanda em História

Email: anaclaudinhak@hotmail.com

³Doutora em Educação. Professora de História.

Email: cristina-aragao21@hotmail.com

“Inquirido sobre a sua raça, respondeu:

- A minha raça sou eu, João Passarinheiro. Convidado a explicar-se, acrescentou:

- Minha raça sou eu mesmo. A pessoa é uma humanidade individual. Cada homem é uma raça, senhor polícia”.

(Extracto das declarações do vendedor de pássaros apud COUTO, 1990, p. 4).

Este estudo parte de uma análise bibliográfica sobre as questões relativas ao ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação a partir da realidade do ensino superior em curso de licenciatura em História. Inicialmente discutiremos a partir de SILVA (2004) o currículo como um artefato cultural, refletindo a partir de tal pressuposto a reviravolta histórica, historiográfica, social e identitária produzida pela lei 10.639/03; posteriormente trataremos a relação entre a cultura africana e afrobrasileira no ensino superior, partir dos estudos de FERREIRA (2008), MURINELLI (2011) e FALCÃO (2008), as quais relatam suas experiências como docentes de instituições superiores; procuraremos através dos posicionamentos das autoras discutir a importância da introdução das discussões sobre a cultura africana e afro brasileira no curso de formação de professores. Finalmente, enfatizamos as possibilidades, os desafios e perspectivas desta lei para os futuros educadores, a partir de GOMES(2003).

Como abordagem metodológica partiremos de uma pesquisa bibliográfica no sentido de que a partir dela possamos refletir a cerca da relação negro e educação no contexto do ensino superior. Dessa maneira, torna-se importante a discussão dessa temática tendo em vista que ela nos possibilita a pensar sobre o lugar social do negro na educação e a maneira como para ele esta foi pensada.

A LEI 10.393/03: UM PRISMA COM MÚLTIPLAS FACES

Sobre o currículo SILVA (2004) nos diz que “o currículo é sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial” (SILVA, 2004, p. 102), pois bem, partindo desse pressuposto de que o currículo é um artefato que expressa uma representação racial, sabemos que por longos anos o currículo das instituições de ensino superior esteve assentado sobre bases eurocêntricas, em que a cultura europeia era o modelo a ser seguido; mesmo cada sociedade tendo suas especificidades e culturas diferenciadas; e esta realidade não foi diferente no caso brasileiro, o currículo das instituições superiores esteve por muito tempo arraigados nos moldes europeus, escamoteando a diversidade cultural dos povos nativos e sobretudo dos afro brasileiros,

considerando-os como detentores de uma cultura subalterna e por tanto não merecedora de ser estudada.

Entretanto, em janeiro de 2003 uma reviravolta histórica veio romper e mexer com as bases dessas concepções etnocêntricas; estamos falando da lei 10.639/03 que torna obrigatório a inserção do ensino da História da África e da cultura afrobrasileira no ensino superior. Bem mais do que uma ação afirmativa que reconhece a marginalidade com que a cultura africana e afro brasileira foram tratadas, tal lei marca uma reviravolta histórica, social, cultural e identitária á medida que não busca tão somente reconhecer e suprir a enorme lacuna que envolveu e evolue a história dos povos africanos no Brasil, mas pretende também fazer com que todo tipo de preconceito que subsiste na sociedade brasileira seja quebrado por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo das influências e das contribuições da cultura africana na cultura brasileira para a construção de nossas identidades.

A lei 10.639/03 desafia-nos enquanto futuros educadores a olhar a história dos povos africanos e afro brasileiros sob a ótica destes e não mais sob a ótica europeia; desafia-nos a buscar caminhos que possibilitem a promoção da igualdade étnica, afim de que construamos uma sociedade que saiba conviver com o diferente, com o outro e que reconheça o papel e a importância de cada indivíduo na sociedade.

Nesse sentido, a lei 10.639/03 consiste em um prisma com variadas cores e faces, pois pretende ultrapassar os muros das instituições e fazer-se sentir no cotidiano dos futuros educadores que terão a tarefa de desempenhar seu papel social sobre as bases de uma educação para a diversidade, que prime pela igualdade na diferença.

OS (DES) CAMINHOS DA LEI 10.639/03: A FORMAÇÃO DOS FUTUROS DOCENTES

A lei 10.693/03 traz consigo uma série de questões entre elas a necessidade que se tem de redimensionar o currículo do ensino superior afim de que este insira a temática africana e afrobrasileira nos cursos de formação de futuros docentes. Com esta lei mais do que reconhecer o escamoteamento da história das populações negras, busca-se agora redimensionar a ótica da historiografia e das práticas pedagógicas que há muito reproduziu estereótipos á base de uma história etnocêntrica e eurocêntrica, e busca-se também e principalmente (re) pensar as práticas e o papel do educador, que agora é convidado a voltar o seu olhar para os saberes africanos e perceber o lugar social do negro na educação e no transcurso da História.

E no bojo dessa realidade, o que se pergunta é: passados estes nove anos o que se tem feito para a operacionalização desta lei? Como as instituições de ensino superior sobretudo as licenciaturas tem lidado com essa questão? Como tais instituições tem instrumentalizado suas ações para formação de futuros educadores?

Sabemos que de acordo com CERTEAU(2010) a pesquisa e as práticas se articulam a um lugar de produção e este possibilita que algo seja dito ou não e “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”(CERTEAU, 2010, p. 67). O que queremos refletir é: as instituições formadoras tem se organizado e possibilitado que seus licenciandos tenham a dimensão da urgência e da importância de se colocar no centro de sua formação a lei 10.639/03 e as questões que ela suscita e nos intima enquanto futuros educadores? FERREIRA (2008) nos diz que

“no tocante à formação inicial, realizada pelos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, porém, desde a promulgação da lei em 2003, pouco tem sido feito para sua operacionalização. O que se percebe é certo descaso das instituições na construção de um projeto político pedagógico com o objetivo de instrumentalizar os futuros educadores.” (FERREIRA, 2008, p. 227).

Sabemos o quanto é importante que o profissional da educação em todas as áreas de ensino esteja adequadamente articulado as questões sociais que circundam o nosso cotidiano e que se faz presente no cotidiano da sala de aula, haja vista os inúmeros perfis de educandos e necessidades que estes portam, e perceber que a educação étnico racial ainda está sendo escamoteada nos currículos das instituições de ensino superior nos faz refletir sobre a gravidade da questão educacional brasileira, que aparentemente ainda está pautada num etnocentrismo que faz com que determinadas classes continuem marginalizadas.

Precisamente as instituições que tem a função de “formar” educadores críticos estas ainda não se deram conta da urgência de se debater em seus cursos de formação a multiplicidade de questões que circundam a cultura africana e afro brasileira e o quanto tais discussões são ricas em termos históricos e principalmente para a vida de um futuro educador que certamente irá conviver dentro da sala de aula com preconceitos e discriminações, e este ao que parece não estará preparado e usará tal argumento para deixar perpetuar atitudes de cunho discriminatório. Um profissional da educação que em sua formação inicial não tem abertura para as discussões étnico racial possivelmente (re) produzirá estigmas e estereótipos que há muito se fazem presente na nossa sociedade e irá de contramão do que pretende a lei

10.639/03; ou seja, este deixará de lado sua função de principal de educador, que nada mais é do que é educar para a vida e o convívio com o diferente.

Pensarmos o papel do educador significa transpor à imagem daquele disciplinador que escolheu para si a função de ensinar e “formar cidadãos”; ser educador significa (de) formar, quebrar formas de preconceitos institucionalizados fazer com o que educando olhe para o mundo com o olhar do respeito pelo outro, que reconheça no outro e em si a diferença que os torna humanos, pois o educador é aquele que faz com que o educando perceba e compreenda que cada sociedade, cada grupo étnico tem seus comportamentos, suas particularidades, e tais características fazem parte daquilo que chamamos identidades culturais.

E para que o futuro educador tenha conhecimento histórico a ponto de refletir e se apropriar da lei 10.639/03 é de suma importância que os cursos de formação possibilite a formação adequada e sobre isto MURINELLI (2011) fez uma interessante estudo a partir de narrativas de graduandos de cursos de licenciatura em História das instituições públicas do norte paraense sob a luz dos debates posteriores a abolição da escravidão. A autora suscita uma série de questões a principal delas seria como os alunos da graduação concebem a situação dos negros no pós abolição e sobre isto diz que:

“grande parte dos alunos ainda fundamentam as suas ideias sobre as experiências dos afro brasileiros no pós abolição na perspectiva da passividade[...] por outro lado encontramos em alguns textos a presença de fundamentações que vão contra essa perspectiva da passividade e retratam planos, ações, destinos dos afrobrasileiros” (MURINELLI, 2011, p. 13).

A autora nos diz muito sobre a fonte de tais conhecimentos, em que os graduandos apontam para a “relevância do meio educacional na construção do conhecimento histórico dos graduandos, pois grande parte dos alunos atribuem ao Ensino Básico e/ou superior uma de suas fontes para a construção deste conhecimento” (MURINELLI, 2011, p. 13).

Nesse sentido é de grande importância que as instituições de ensino superior estejam compromissadas em transpor em seu currículo as leituras a cerca da cultura africana e afrobrasileira, com a finalidade de quebrar estigmas, uma vez que de acordo com FALCÃO (2008), em sua experiência de ensino em um curso de licenciatura de História, no qual a mesma foi convidada a discorrer a cerca da implantação da lei 10.639/03 “durante os debates sobre a ideia de África, a maioria das contribuições dos alunos descreveu uma África de fome e corrupção” (FALCÃO, 2008, p. 122). Os alunos de graduação chegam à universidade, em sua maioria, arraigados por uma série de pré-conceitos sobre a África, ou seja, chegam com o

discurso da mídia e dos livros didáticos que ainda perpetuam uma imagem tão somente de misérias. E dessa maneira, já que o graduando não teve oportunidade de traspor esse discurso na educação básica, recai sobre a instituição de ensino superior fazer com esse futuro professor desconstrua tal imaginário, afim de que este não continue a (re) produzir essa herança cultural de preconceitos e discriminação contra a cultura africana e afrobrasileira. O futuro educador terá sobre sua responsabilidade inúmeras subjetividades com as quais este terá que lidar diariamente, e este atuará diretamente sobre a construção das identidades dos seus futuros educandos.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA LEI 10.639/03 PARA OS FUTUROS EDUCADORES

Discutirmos a cerca de uma proposta que vem deslocar antigas bases e subjetividades há muito impregnadas no imaginário de um povo certamente não é uma tarefa fácil, sobretudo quando se trata em quebra de paradigmas construídos com a finalidade de auto afirmação de um país que construiu uma ideia de nação, que a priori quis ser homogênea, mas que deixou-se ser folclorizada, forjando a imagem do negro como um objeto, uma mercadoria que atendeu a uma demanda de uma época e que veio parar aqui no Brasil, em uma nação católica que julgava-se como sendo a religião a ser seguida e por tanto escamoteando e demonizando as religiões e crenças africanas.

Entretanto cabe agora às instituições superiores viabilizar aos futuros educadores uma formação que possibilite atuar reflexivamente, rompendo e desmistificando as imagens folclorizadas que se cristalizou no imaginário do povo brasileiro, já que:

“os desafios são muitos para a superação dessas dificuldades e o papel das universidades e agências nacionais e estaduais de fomento é central, tendo em vista os entraves que as hostes acadêmicas têm colocado para assumir um ética na produção de conhecimentos que reflitam um novo compromisso com a teoria, como um espaço mais amplo de trocas” (FERREIRA, 2008, p. 236-237).

Nesse sentido, são muitos os desafios que o futuro educador terá que enfrentar, seja na sua formação inicial que não traga ainda a temática africana e afrobrasileira, seja na ausência de instrumentos como o livro didático que permanece com a visão eurocêntrica do negro

apenas como escravo submisso às penúrias da desterritorialização e castigos que são frequentemente transpostos nas mesmas imagens, ou então quando traz a capoeira simplesmente como uma dança e não como uma luta de defesa pessoal e marcador de resistência. Não podemos nos esquecer também da mídia que também atua no processo (des) educativo, através de suas inúmeras e cotidianas reportagens da África como ambiente inóspito, permeado por fome e AIDS, ou quando não trazem a imagem de uma África exótica, em que se predomina animais e pessoas exóticas, com práticas e rituais também exóticos, reduz-se assim o continente africano a uma bestialidade absurda.

Entretanto é necessário e de suma importância que o futuro educador trasponha essas barreiras e busque outros meios de transversalizar a temática africana e afrobrasileira afim de que construamos educandos conscientes das influências africanas no nosso cotidiano, e perceba que estas perpassam também a nossa linguagem a exemplo das palavras de origem africanas como bumbum, batuque, berimbau, dengo banguela, entre outras; ou seja, fazer com que o educando perceba que a cultura africana está presente na nossa língua e que estas precisam se fazer conhecidas.

Para isto, o futuro educador conta com um considerável acervo na internet de livros que podem ser baixados, além de vídeos com entrevistas de descendentes de escravos, poemas, músicas, cordéis com temas africanos e de personagens símbolos da luta negra como Zumbi dos Palmares, além de um interessante material bibliográfico com contos e histórias de remanescentes de quilombolas, a exemplo do livro “Estórias de Quilombolas”, organizado pelo MEC, bem como o livro “A Cor do Preconceito” de Carmem Lucia Campos, Sueli Carneiro e Vera Vilhena que em muito pode auxiliar ao professor em suas práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a lei 10.639/03 convida-nos a adentrar nesse universo das histórias e histórias africanas, afim de que reconheçamos o papel destas na formação de nossas identidades culturais e que possamos contribuir para a quebra de todo tipo de preconceito e discriminação contra os grupos africanos e afrobrasileiros, pois a tarefa do educador é esta: educar para a vida em sociedade fazendo com que o aluno vislumbre que a escola é um lugar de convivência e aprendizado com e sobre o diferente. Por tanto o desafio foi lançado há nove anos e o que podemos fazer? O que podemos fazer como futuros educadores é nada mais do

que aceitar esse tentador desafio e tentar escrever uma nova história sobre os pilares da pluralidade cultural e da alteridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **“A operação historiográfica”** In: A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2010.

COUTO, Mia. **Cada homem é uma raça**. Cada homem é uma raça (3.º edição) Editorial Caminho, SA, Lisboa:1990.

FALCÃO, Cristiane Rocha. **Quantas Áfricas o Brasil conhece? A aplicação da lei 10.639 e os conflitos discursivos sobre a noção de África**. Revista Fórum. Ano 2, Volume 3- p. 119-126- jan-jun de 2008. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_3/SESSAO_L_FORUM_Pg_119_126.pdf

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. **Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva**. Revista ACOALFaplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: setembro2008.

MURINELLI, Gláucia Ruivo. **Narrativas de futuros professores de História sobre os afro-brasileiros nos pós-abolição: Considerações iniciais**. Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. 18, 19 e 20 de abril de 2011. Disponível em: <http://abeh.org/trabalhos/GT02/tcompletoglaucia.pdf>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **“O currículo como narrativa racial”**. In: Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª Ed. 2004.

